

Sociologia Latino-Americana e Neocolonialismo Intelectual

Cleito Pereira dos Santos*

Introdução

Em obra publicada nos anos 1970, Ianni (1976) chamava a atenção para o caráter externo presente na escolha da problemática sociológica, as implicações teóricas e a interpretação insatisfatória da sociologia latino-americana. A dependência econômica, social, política e cultural se estendia, então, para o campo da ciência. Se antes a dependência científica ocorria com relação à França, após a segunda guerra mundial há uma virada e os Estados Unidos da América se convertem no poderio intelectual – além de militar e econômico – presente na região.

Os principais intelectuais e pesquisadores norte-americanos passam a professar um modo específico de saber e de fazer acadêmico marcado pela submissão aos ditames do mercado e das empresas. Os professores universitários norte-americanos foram os primeiros a se integrarem ao *modus operandi* do mercado e da produção. Daí a assertiva de Tragtenberg (2004) ao tratar da delinquência acadêmica. Interessante notar que este autor raramente foi citado pelos acadêmicos que, supostamente, faziam a crítica da submissão da universidade e dos pesquisadores ao mercado da produção científica. O autor já constataria nos anos 1970 o surgimento do capitalismo acadêmico norte-americano.

A produção da sociologia latino-americana, no pós-segunda guerra, irá se espelhar – não em sua totalidade, mas de modo hegemônico – nas últimas novidades da produção acadêmica norte-americana. Daí os costumeiros usos de conceitos e categorias, de análises e comparações importadas de outras realidades na tentativa de compreender e explicar a realidade latino-americana. Nesse sentido, a relação centro- periferia, desenvolvido-subdesenvolvido se reflete no fazer sociológico latino-americano como relações de subordinação da produção local com relação ao centro capitalista, ora francês, agora norte-americano. (IANNI, 1976; FALS BORDA, 1987).

A crítica ao colonialismo intelectual, iniciada desde Fals Borda (1987) e Ianni (1976), coloca em discussão o papel da sociologia em um contexto de dependência econômica e desigualdades sociais, exploração do trabalho, violência, racismo, dentre outras questões sociais. Nesse sentido, emerge um pensamento social que faz a crítica à submissão intelectual local aos modelos interpretativos importados dos grandes centros capitalistas.

* Doutor em Sociologia Política/UFSC. Professor da Faculdade de Ciências Sociais/UFG.

A renovação da crítica a dependência científica, posterior aos anos 1990, pode ser constatada pela produção de Lander (2008) que diagnostica a emergência de uma ciência neoliberal em que as instituições acadêmicas, notadamente a universidade, se relacionam com a ciência mercantil formando aquilo que o autor denomina de capitalismo acadêmico. Svampa (2012) relacionará a sociologia crítica e o compromisso social, destacando que em uma época de transnacionalização do capitalismo e predomínio do neoliberalismo, é possível pensarmos na possibilidade de um saber comprometido com a realidade social dos povos da América Latina e portanto, na existência de um investigador-intelectual comprometido com as questões sociais do nosso tempo.

Em síntese, o pensamento social latino-americano pós anos 1990 se insere em um contexto de profundas mudanças no capitalismo e na instalação de novos modos de submissão intelectual-acadêmica que definimos como neocolonialismo intelectual predominantemente norte-americano.

Capitalismo Contemporâneo e a nova Dinâmica da Dependência Acadêmica-intelectual

A análise empreendida por Ianni (1976) acerca da relação entre sociologia e dependência científica aponta alguns elementos para pensarmos o contexto e as consequências da subordinação latino-americana tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista intelectual. As limitações da sociologia latino-americana se expressariam em alguns dos temas listados por Ianni (1976). Desse modo, o autor apresenta:

a) O caráter externo de grande parte da problemática sociológica com a qual trabalham muitos sociólogos interessados nas sociedades da América Latina; b) As implicações teóricas inerentes à adoção, por parte desses sociólogos, de problemática muitas vezes mal conceptualizada, secundária ou simplesmente externa; c) A interpretação insatisfatória, superficial ou errônea das sociedades latino-americanas, resultante da adoção de problemática externa, ou de assuntos tematizados sem espírito crítico; d) As relações entre ciência e política, conforme elas se exprimem ao nível da própria produção sociológica. (IANNI, 1976, p.40).

O viés interpretativo de Ianni (1976) aponta para a crítica da sociologia até então praticada no contexto da América Latina tendo em vista a dependência científica com relação aos centros de poder do capitalismo europeu e norte-americano. As análises empreendidas, os conceitos, teorias e metodologias desenvolvidos em outros espaços e culturas eram simplesmente copiados e aplicados aqui como se a realidade dos países do capitalismo

central tivesse a mesma validade para as sociedades latino-americanas que passaram por processos sociais, culturais, políticos e econômicos diferentes das metrópoles.

A transposição do conhecimento produzido no contexto europeu e norte-americano e sua aplicação às realidades histórico-sociais completamente díspares implicava na análise superficial e insuficiente das sociedades da América Latina. Os modelos interpretativos vindos da Europa e dos Estados Unidos influenciavam, e continuam a influenciar, o pensamento social latino-americano dando-lhe características e formas de pensar estranhas ao contexto das sociedades locais. Portanto, o pensamento social latino-americano se via condicionado pelas determinantes de um fazer científico estranho às sociedades subordinadas ao capitalismo central.

A especificidade do capitalismo na América Latina está na condição de dependência historicamente criada com a expansão do capitalismo europeu. As economias de exportação expressam a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, tornando-os especializados em produtos primários e importadores de tecnologias e produtos de maior valor agregado (MARINI, 2000). Os processos de industrialização ocorrem, também, de modo dependente. A consequência de tais processos é a intensa desigualdade social verificada no conjunto dos países da região. A dependência se estende para a produção científica e intelectual latino-americana. A sociologia se insere nesta realidade.

Nesse contexto, é pertinente a crítica que Guerreiro Ramos (1995) faz ao contrapor a sociologia enlatada e a sociologia dinâmica. Este autor reivindicava a necessidade de construir, no contexto brasileiro, uma interpretação que correspondesse às particularidades da sociedade nacional evitando assim a simples cópia de modelos importados e alheios à realidade local. Assim, elegia a sociologia dinâmica como a construção de um saber científico integrado às necessidades das sociedades na América Latina. O autor identificava a existência de uma sociologia consular, representativa da expansão cultural da Europa e Estados Unidos da América, e de uma sociologia preocupada em ser um “instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais”. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 107).

(...) a formação do sociólogo brasileiro ou latino-americano consiste, via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias. Ele aprende a receber prontas as soluções, e quando se defronta com um problema de seu ambiente, tenta resolvê-lo confrontando textos, apelando para as receitas em que se abeberou nos compêndios. Adestrado para pensar por

pensamentos feitos, torna-se frequentemente, quanto aos sentimentos e à volição, um *répétiteur*, isto é, sente por sentimentos feitos, quer por vontades feitas... (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 107-8).

Dessa maneira, a sociologia se converte em uma reprodução apologética das temáticas e problematizações definidas alhures e que não refletem as demandas das sociedades dependentes, subordinadas da América Latina. Portanto, “além de ‘consular’, esta é uma sociologia que pode ser dita enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural”. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 108).

A adoção e consumo das teorias, metodologias e problemáticas de pesquisa - já denunciadas por Fals Borda (1987), Guerreiro Ramos (1995) e Ianni (1976) -, se apresenta de modo significativo no contexto latino-americano à medida que o prestígio, o *status*, o reconhecimento dos intelectuais, acadêmicos e sociólogos se manifesta na capacidade dos mesmos em traduzir e aplicar às sociedades locais as novidades científicas geradas nos Estados Unidos e na Europa. Ainda de acordo com Ianni (1976, p. 42-3),

Na sociologia, assim como nas artes, nas outras ciências sociais e na filosofia, ainda é frequente que o prestígio de alguns sociólogos latino-americanos esteja relacionado com a informação sobre a última novidade sociológica norte-americana ou francesa.

Se no passado a influência hegemônica era francesa, com o desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial o eixo exportador das influências científicas, culturais, econômicas e militares passam a ser os Estados Unidos. A lógica do império norte-americano inclui a subordinação integral dos países periféricos, e mesmo economicamente desenvolvidos, às dinâmicas do centro de poder mundial. As ciências sociais, em especial a sociologia, se inserem nesse contexto e passam a reproduzir, quase que exclusivamente, as novidades científicas, as teorias, metodologias e problemáticas de pesquisas próprias do contexto norte-americano.

No caso da sociologia, no passado a influência mais forte era exercida pela França. No presente, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, a influência predominante é exercida pela sociologia dos Estados Unidos. Portanto, a hegemonia norte-americana sobre a América Latina não se limita às relações econômicas, políticas e militares. Ela está estendendo também à esfera da cultura artística e científica. (IANNI, 1976, 43).

As agências de pesquisa norte-americanas pós-segunda guerra mundial e notadamente no pós-1990 intensificam sua esfera de atuação determinando a agenda de pesquisa em diversas partes do mundo. O caso mais sintomático talvez seja a influência da *Ford Foundation* nos estudos sobre a questão racial. Os conceitos, as leituras sobre a questão racial passam a ser, direta e indiretamente, utilizados por um amplo leque de pesquisadores

que nem sequer se perguntam acerca da pertinência do debate racial importado dos Estados Unidos e aplicado no contexto brasileiro. Vale ressaltar que nos anos 1950 as pesquisas sobre os negros no Brasil foram financiadas pela Unesco no sentido de validar o suposto paraíso racial defendido pelo Estado e pelas autoridades brasileiras. Quando se verifica que a democracia racial brasileira era um discurso que não se aplicava na prática e na realidade da população negra, a Unesco deixa de financiar as pesquisas.

Esse é justamente o caso dos estudos sobre as relações raciais entre negros e brancos no Brasil, os quais foram bastante estimulados pela UNESCO. Segundo algumas evidências indiscutíveis, os técnicos e cientistas da UNESCO estavam interessados em demonstrar ao mundo que o Brasil era um exemplo notável de “democracia racial”, conforme propalavam os ideólogos oficiais do governo desse país. Depois, à medida que os resultados das pesquisas desmentiam a hipótese (nitidamente ideológica e diplomática) a própria UNESCO desinteressou-se do ‘exemplo’ brasileiro. (IANNI, 1976, p. 48).

Somente algumas décadas depois é que a *Ford Foundation* retoma o financiamento das pesquisas, porém numa outra perspectiva. Agora as pesquisas se voltam para a criação de oportunidades educacionais no sentido de integrar parcelas da população negra ao mercado de trabalho e ao consumo. Trata-se de criar um “capitalismo negro” que absorva setores descontentes da população negra brasileira. Nesse sentido, as políticas raciais, as pesquisas voltadas para a perspectiva da *Ford Foundation* se alastram no interior das instituições superiores, notadamente as públicas, e o controle sobre os pesquisadores, a reprodução de uma determinada leitura e visão de mundo sobre a questão racial se espalha chegando a quase todas as instâncias do Estado e dos governos.

Portanto, como afirma Ianni (1976) retratando a realidade latino-americana dos anos 1960-70:

(...), ao assimilar a cultura científica dos países mais adiantados, os centros acadêmicos da América Latina produzem combinações paradoxais, ou verdadeiras caricaturas do que se produz nos centros metropolitanos, isto é, mais avançados. Em certos casos, as contribuições teóricas e metodológicas, assimiladas às pressas e sem qualquer reelaboração crítica, são rebaixadas em sua consistência lógica. Às vezes, parecem mesmo simples traduções da produção sociológica dos centros dominantes. (IANNI, 1976, p. 44-5).

Os problemas pesquisados são referentes à agenda de pesquisa determinada do exterior através de financiamentos interessados em reproduzir o colonialismo intelectual à medida que conseguem impor desde os temas e metodologias, o que pesquisar e como pesquisar, que são hegemônicos nos países dominantes. As pesquisas nos países subordinados expressam esta dinâmica da subordinação intelectual.

Recursos financeiros e institucionais, projetos de investigação que reproduzem a gramática científica hegemônica em cada período histórico, em cada conjuntura social, política, econômica, cultural e acadêmica. Formas de pensar, formas de fazer, formas de pesquisar que são simples reproduções dos modismos acadêmicos em voga nos centros da produção acadêmica e intelectual do capitalismo avançado. A produção acadêmica dos países subordinados e dependentes segue, ainda hoje, as determinações dos modelos científicos predominantes nas instituições acadêmicas e intelectuais do centro capitalista.

Estamos diante de uma nova realidade da expansão capitalista hegemonicamente dominada pelos Estados Unidos e que se esboça já no pós-segunda guerra mundial, mas que se consolida de modo integral desde os anos 1990. Em sentido mais amplo, trata-se de uma nova forma de colonialismo intelectual em que as agências de fomento de pesquisa e as fundações privadas passam a exercer um papel preponderante na determinação e imposição de agendas de pesquisa voltadas para a importação da ciência praticada alhures e a subordinação intelectual de pesquisadores latino-americanos à medida que operam como reprodutores da lógica científica-acadêmica predominantemente produzida nos Estados Unidos da América.

O capitalismo monopolista pós 1970 se consolida com a hegemonia norte-americana. O neoliberalismo de Hayek, criado nos anos 1940, se institui como ideologia oficial do capitalismo triunfante dos anos 1990 e passa a influenciar em todo mundo tanto a economia quanto a política, tanto a cultura quanto as universidades, tanto o social quanto as instituições e organizações sociais supostamente envolvidas com a crítica ao *modus operandi* do sistema. Toda crítica passa a ser vista em termos de oposição derrotada que não apreendeu a nova dinâmica institucional do capitalismo monopolista e transnacional.

Nota-se que tal subordinação acadêmica-intelectual não se restringe à sociologia ou às ciências sociais. Está em todos os campos do conhecimento, nas artes, na literatura, na filosofia. O quadro construído por Lander (2008) demonstra como a ciência neoliberal avança em escala mundial, constituindo um capitalismo acadêmico em que importa a concorrência para captar verbas e gerar produtos científicos, remunerando os intelectuais de sucesso com a participação crescente nos lucros dos empreendimentos acadêmicos. Tal como no mercado, a concorrência acadêmica procura otimizar os recursos visando ofertar uma crescente opção de produtos sejam de novos medicamentos, sejam de novas tecnologias para a agricultura; sejam artigos científicos, sejam de produtos informacionais. Seguindo a

interpretação de Lander (2008), a ciência e a pesquisa acadêmica não fugiram das determinações da cultura mercantil reinantes no mercado e nas instituições estatais e privadas. De acordo com o autor:

As transformações por que passou o planeta como consequência da reconstrução do poder e da crescente mercantilização de todas as esferas da vida durante as últimas três décadas, a partir do começo desse contra-ataque neoliberal iniciado com os governos de Reagan e Thatcher (...), afetaram profundamente os modos e processos de produção de conhecimento nas sociedades contemporâneas. A ciência e a atividade de pesquisa universitária não escaparam aos avanços da lógica mercantil que invade progressivamente mais e mais âmbitos da vida coletiva. (LANDER, 2008, P. 43).

Neste contexto, a ciência neoliberal avança a pleno vapor desde os anos 1990 impondo aos países da América Latina a visão de mundo conservadora dos *Think Tank* norte-americanos. Portanto, observamos a continuidade da subordinação acadêmica e intelectual latino-americana uma vez que as demandas locais são submetidas pelas agências de fomento e pesquisa provenientes do centro do poder mundial, hoje caracterizado pelo império norte-americano.

Nesse sentido, o neocolonialismo intelectual predominantemente norte-americano se constitui enquanto modo dominante e determinante no campo científico e intelectual se organizando de forma diferente do caso francês dos anos 1970. No passado tivemos um colonialismo intelectual e acadêmico em que vigorava um capitalismo baseado na lógica produtiva fordista da sociedade de consumo de massas, padronizada. Agora, pós-ano 1990, temos o neocolonialismo acadêmico e intelectual partidário da lógica neoliberal e da forma toyotista de produção segmentada, fragmentada, da sociedade de consumo integral.

Ainda segundo Lander (2008), o modelo de ciência mercantilizada vai se alastrando a partir da predominância dos Estados Unidos como centro dominante e irradiador da produção científica em escala cada vez maior e, por imitação ou imposição, que tende a se generalizar para o conjunto do planeta.

Assim como em tantos outros campos, o que acontece nos Estados Unidos representa ou anuncia os processos que posteriormente tendem a ser generalizados, seja por imitação, seja por imposição, ao resto do planeta. Para conhecer as novas condições em que está sendo produzido e vai ser produzido no futuro o conhecimento científico, e para gerar capacidade de crítica e resistência em outros continentes, é necessário analisar antes de tudo, as tendências atuais nesse país. (...). As ciências biológicas e biomédicas, as chamadas *ciências da vida*, hoje são o âmbito privilegiado para o estudo das novas formas que está assumindo o processo de produção do conhecimento científico. São essas as práticas em que estão sendo prefiguradas com maior nitidez as características do novo paradigma da produção científica crescentemente mercantilizada (LANDER, 2008, p. 43).

De fato, o capitalismo acadêmico (Lander, 2008) se expande impondo um modelo de produção científica regulado por instituições públicas, notadamente as agências reguladoras, no caso brasileiro CAPES e CNPq e privadas, no caso as fundações que patrocinam pesquisas como *Ford Foundation*, *Monsanto*, *Fulbright*, dentre outras. É exemplar a emergência da língua inglesa como língua franca no campo da pesquisa. Assim, as teorias e metodologias de origem norte-americanas são aplicadas pelos pesquisadores na América Latina sem que haja a pergunta essencial se as mesmas respondem a problemáticas específicas das sociedades na América Latina ou de outras partes do mundo.

A incorporação de termos, palavras e significados que expressam a nova língua do imperialismo intelectual dos Estados Unidos. Em todos os campos do conhecimento podemos observar essa nova lógica operando de modo intenso. Às vezes mais, às vezes menos. No caso das humanidades, projetos são financiados e regulados por interesses externos, vide caso da *Ford Foundation*, que impõem uma linguagem elaborada também externamente e que procura enquadrar a realidade latino-americana segundo o novo evangelho ciência neoliberal, como bem definiu Lander (2008).

Assim, os pesquisadores se encontram envoltos em temáticas e modelos que são recomendados e impostos e sem o qual não há financiamento para as pesquisas tanto na sociologia quanto em qualquer outro campo do conhecimento. A dependência em relação ao financiamento das pesquisas conduz ao fato de que “as universidades têm-se feito a cada dia mais dependentes das corporações para o patrocínio de sua pesquisa, e as empresas se apoiam cada vez mais na pesquisa universitária para a criação de novos produtos comerciais” (LANDER, 2008, p. 54).

A reivindicação de Fals Borda (1987) apontando para a necessidade de uma ciência própria latino-americana contraria essa lógica de subordinação, uma vez que coloca no centro das atenções a importância da autonomia científica da América Latina implicada na autonomia econômica, cultural, política e social. Significa adotar uma postura que leve em consideração a dinâmica própria das sociedades locais e os sociólogos se posicionarem a partir de uma agenda de pesquisa que compreenda as particularidades, a relevância, a necessidade de construir e praticar a independência intelectual e acadêmica. Portanto, analisar, interpretar e compreender as sociedades latino-americanas implica construir conceitos, metodologias e teorias capazes de explicar as singularidades marcantes do contexto da América Latina.

A sociologia latino-americana se inscreve, também, nesse novo contexto da produção científica mercantilizada inaugurada com o advento do neoliberalismo e da transnacionalização do capital a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Os modelos dominantes na sociologia na América Latina são perceptíveis dessa nova lógica cultural e intelectual do capitalismo global. Refletem novas formas de subordinação intelectual que respondem muito mais às questões e problemas oriundos do capitalismo avançado do que das sociedades locais.

A crítica torna-se fundamental para a compreensão dos processos sociais que fundamentam a dependência científica dos países da região com relação aos países de capitalismo europeu e, especificamente, norte-americano. O neocolonialismo intelectual opera hoje tendo como centro irradiador a produção científica dos Estados Unidos. Deste ponto de vista, o modelo norte-americano se universaliza rapidamente após os anos 1970 levando-nos à conclusão que vigora, nesta conjuntura, o neocolonialismo intelectual predominantemente norte-americano pautado na inserção da produção científica – em todos os campos do conhecimento, algumas de modo mais intenso e outras de modo menos intenso – na lógica do capitalismo acadêmico e da ciência neoliberal (LANDER, 2008).

A sociologia crítica latino-americano tem a tarefa de realizar o balanço da produção científica local, apontando as incongruências comuns a aplicação de teorias e metodologias externas às especificidades das sociedades da região. O capitalismo transnacional da nossa época apresenta características distintas do período anterior aos anos 1970 e cabe a sociologia crítica investigar e produzir um conhecimento válido que contribua para a real emancipação das sociedades da América Latina.

Referências Bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Volumes 1 e 2.

CASANOVA, Pablo González. *O Colonialismo Global e a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

_____. *Sociología de la explotación*. Buenos Aires, CLACSO, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.

FALS BORDA, Orlando. *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. Los nuevos rumbos. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Global, 2009.

GUNDER-FRANK, André. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latinoamericano. In: PEREIRA, Luís (Ed.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 25-38.

IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LANDER, Edgar. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In LANDER, Edgar. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>

LOSURDO, Domenico. *A Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SVAMPA, Maristella. Reflexiones sobre la sociologia crítica en América Latina y el compromiso intelectual. In.: SVAMPA, M. *Cambio de Época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. p.19-41.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente e BAUMGARTEN, Maíra. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 178-243.

_____. (Org.). *Mundialização e Sociologia Crítica da América Latina*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009.

TRAGTENBERG, M. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na era da Acumulação Integral*. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2009.